

CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DE CRECHE SOBRE BEBÊS

Jorsilayne Malheiros Magalhães
Sílvia Adriana Rodrigues
GEPIEI/UFMS/CPAN

Resumo: O presente texto é um recorte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil - GEPIEI da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal (UFMS/CPAN), que teve como objetivo geral compreender alguns aspectos do trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças de 0 a 3 anos nas creches do Município de Corumbá/MS. A investigação de abordagem quanti-qualitativa se caracteriza também como explicativa e descritiva, tratando-se ainda de estudo de caso, que utilizou como um dos instrumentos para coleta de dados questionário misto, composto por 21 questões, das quais, foram discutidas nesse trabalho as respostas de apenas quatro delas. Os dados apresentados, dizem respeito às informações obtidas, no ano de 2014, junto a 80 profissionais que atuavam na Educação Infantil (52% do total atuante no momento da coleta), que aceitaram colaborar com a investigação; dentre eles temos 50 professores (59% do total); nove professores auxiliares (45%) e 21 atendentes (42% do total). Assim, nos limites deste texto, serão analisadas as concepções de bebê das profissionais que atuavam nas instituições do referido município, tendo como pressuposto que essas concepções são determinantes do fazer pedagógico cotidiano. De acordo com os dados recolhidos, verificamos que as profissionais não conseguem apontar as diferenças entre bebê e criança de forma clara, havendo falta de entendimento a respeito das especificidades do bebê; somente uma pequena parcela das profissionais compreende alguns aspectos e peculiaridades do desenvolvimento infantil. A concepção que prevalece no imaginário das profissionais é a do bebê como ser frágil, incapaz, pouco ativo e que, no espaço da creche, necessita apenas de cuidados físicos; tal fato chama atenção para outro: as profissionais não compreendem cuidado e educação como práticas cotidianas indissociáveis. Dessa forma, inferimos que pode não haver uma prática pedagógica adequada às especificidades (em termos de desenvolvimento e aprendizagem integral) dos bebês, visto que, as profissionais denotam não compreender algumas das tarefas que consideramos ser primordiais da creche.

Palavras-chave: Concepção de bebê; Educação Infantil; Prática Pedagógica.

Introdução

É somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a criança pequena passa a ser vista legalmente como sujeito de direito; além de creches e pré-escolas passarem a ser reconhecidas como direito das crianças de 0 a 5 anos, bem como ser dever do estado ofertá-las e opção da família inseri-las nesses espaços. Novas conquistas são alcançadas com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, que define a Educação Infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica e a necessidade de formação específica dos profissionais.

Assim, embora as crianças tenham conquistado legalmente esses direitos, há ainda muito a ser feito para que de fato essas conquistas estejam presentes nas práticas de cuidados

e educação realizadas nas instituições educativas da primeira infância.

Tendo em mente que a infância não é uma construção natural, bem como da não existência de uma única concepção de infância e criança/bebê, esse artigo tem como foco discutir as concepções de bebê das profissionais atuantes nas creches do município de Corumbá-MS, tendo como pressuposto de que essas concepções são determinantes do fazer pedagógico cotidiano.

Cabe destacar que este trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Infâncias e Educação Infantil - GEPIEI da UFMS/CPAN, que teve como objetivo geral compreender alguns aspectos do trabalho pedagógico desenvolvido com as crianças de 0 a 3 anos nas creches do município em questão.

Desse modo, o presente texto está estruturado em três partes (excetuando a introdução). A primeira além de fazer uma breve contextualização acerca das mudanças das concepções de criança e infância ao longo da história, traz a discussão sobre a especificidade dos bebês e das práticas educativas direcionadas à eles. Em seguida são apresentados a metodologia da investigação, os dados e análise destes; sendo por fim trazidas as considerações finais.

Construções históricas sobre criança(s), infância(s) e atenção educativa

Sabemos que a maneira de ver a criança e a infância foi modificando-se ao longo da história; por muito tempo a criança pequena permaneceu as margens da sociedade, vista como um ser incompleto, para a qual não era destinada nenhum tipo de afeto, pois muitas morriam precocemente devido à falta de cuidados de higiene e saúde, o que justificava as famílias não desenvolverem nenhum tipo de apego aos pequeninos (CASTELLI; MOTA, 2013).

Nessa época, no que diz respeito às crianças sobreviventes, não existia distinção entre elas e os adultos; ambos frequentavam os mesmos ambientes, utilizavam o mesmo tipo de vestimenta e alimentação; assim, durante séculos foram consideradas como adultos em miniaturas; não havia um sentimento de infância tal como conhecemos hoje, ou seja, o reconhecimento de que essa fase da vida é diferenciada das demais.

De acordo com Kramer (2007) esse olhar para a criança foi sendo alterado com a modernidade, sendo no interior da classe média que nasceu uma nova maneira de perceber a criança, que passa a ser vista como frágil e incapaz, que precisava ser cuidada de forma especial. São as transformações sociais, os avanços das ciências e estudos em diversas áreas que contribuíram para a transformação na forma de perceber a criança, que na atualidade é vista como sujeito social, capaz, que vive um momento peculiar do desenvolvimento,

denominado infância.

Nesse sentido, podemos afirmar que a concepção do que é ser criança e o modo dela viver esse momento, ou seja, a infância, são construções históricas, que nem sempre possuem o mesmo significado, variando de acordo com o entendimento da sociedade em determinado tempo histórico e contexto, carregando em si valores, e ideias que vão se modificando em tempos e espaços (RODRIGUES, 2016). Assim não podemos afirmar a existência de apenas uma única infância e de uma única criança, pois há concepções diferentes de infância em uma mesma cidade e até em um mesmo bairro. Nessa perspectiva, ainda de acordo com a mesma autora, é importante indicar a consideração de que a criança é “[...] sujeito ativo que intervém e participa do que acontece ao seu redor”¹.

No que diz respeito ao contexto brasileiro, nos documentos oficiais e nos discursos científicos a criança é reconhecida como sujeito de direito e capaz; conquistas que só foram alcançadas a partir da segunda metade dos anos de 1980, notadamente com a aprovação da Constituição de 1988, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como da LDB nº. 9.394/96; cabe também o destaque para as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2010), que traz de forma explícita o entendimento da criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p.12).

No entanto, relacionado às crianças muito pequenas, ou os bebês, que será o objeto de discussão principal desse trabalho, nota-se que os documentos legais não trazem uma concepção específica sobre eles. Por outro lado, no campo científico, estudos sobre e voltados para esses sujeitos vem aumentando gradativamente. Trazemos essa questão, pois entendemos que há diferenças entre as crianças bem pequenas e as demais, que precisam ser notadas e consideradas quando se pensa em organizar práticas e espaços educativos que atendam às necessidades desses pequenos sujeitos.

Os bebês, por muito tempo, foram caracterizados e concebidos por suas fragilidades, imaturidade e incapacidade; isso pelo motivo “[...] de não andar, não correr, não falar, pensava-se que ela (as crianças pequeninas) não sabia outras coisas” (PEDROSA, 2009, p. 17). De outra forma, diversas pesquisas demonstram que os bebês não são sujeitos incapazes como se pensava; assim “[o] conhecimento científico hoje disponível autoriza a visão de que

¹ (Ibidem, p. 23).

desde o nascimento a criança busca atribuir significado a sua experiência e nesse processo volta-se para conhecer o mundo material e social [...]” (BRASIL, 2010, p. 86).

Nesse caminho Castelli e Mota (2013), em estudo acerca da complexidade do ser bebê, nos trazem importantes reflexões sobre os pequeninos, reconhecendo-os como sujeitos com capacidades, com corpos que sentem, agem e aprendem; assim consideramos o bebê como sujeito único, dotado de capacidades e habilidades específicas e em peculiar processo de crescimento, aprendizagem e desenvolvimento desde o nascimento.

Embora dependente dos adultos, os pequeninos são capazes de estabelecer relações com o mundo que os cerca; isso porque, o bebê humano é capaz de explorar os espaços e objetos ao seu redor, desenvolve e aprende a partir da convivência com adultos e pares da mesma faixa etária. Contudo, isso não ocorre sem a linguagem e os bebês, apesar de não dominarem ainda a oralidade, possuem diversas maneiras de se comunicar (gestos, sons, olhares, emoções...), sendo imprescindível que o adulto tenha a sensibilidade e o cuidado de enxergar e compreender essas diferentes formas de expressão.

Assim é necessário que os adultos – profissionais que lidam com os pequenos – se familiarizem com as diferentes linguagens dos bebês, para que sejam capazes de promover a interação contextualizada com eles e entre eles; e ainda, que se tornem aptos a trabalhar com outras linguagens além da verbal (ainda não dominada pelos bebês), como por exemplo, as gestuais, plásticas, dramáticas, musicais, entre outras formas de comunicação e expressão humana (BARBOSA, 2010).

Como nos sinaliza Haddad (2002 apud RODRIGUES, 2010, p. 152), a creche tem como tarefas primordiais “[p]romover o desenvolvimento infantil de maneira integral e integrada, prezar pelo bem-estar e oferecer um ambiente seguro, prazeroso, lúdico e estimulante as crianças [...]”. Deste modo, a creche deve ser lugar de práticas pedagógicas que respeitem a singularidade e prezem pelo desenvolvimento dos pequenos em todos os aspectos físico, cognitivo, moral e intelectual. Para que isso se concretize considera-se necessário que as concepções adotadas pelos profissionais estejam em harmonia com suas práticas pedagógicas. Por isso afirmamos que é necessário ter formação acadêmica específica para ser professor nesse nível de ensino, respeitar e entender os pequeninos em suas singularidades, compreender que o seu desenvolvimento e aprendizagem estão ligadas a qualidades das relações que estabelecem com o meio (RODRIGUES, 2015b).

Assim, é de suma importância que os profissionais que atuam junto a criança pequena, compreendam e realizem práticas pedagógicas fundamentadas em cuidar e educar de forma indissociável, bem como ter clareza de que essas ações são complementares, de que cuidar vai

além de atender as necessidades físicas e o educar não é somente atividades “estruturadas”, ditas pedagógicas; dar banho, vestir, alimentar, dar atenção são atividades do cotidiano da creche, que se realizadas com intencionalidade pedagógica, serão momentos positivamente educativos. De acordo com Didonet (2003 apud RODRIGUES, 2016, p. 38) educação e cuidado nunca estarão separados, pois: “Não há um conteúdo “educativo” na creche desvinculado dos gestos de cuidar. Não há um “ensino”, seja um conhecimento ou hábito, que utilize uma via diferente da atenção afetuosa e promotora da progressiva autonomia da criança” (grifos no original).

Assim, é necessário que profissional, perceba toda a riqueza que há na rotina da creche, compreender que todos os momentos podem ser carregados de cuidado e educação articulados, entender que ao mesmo tempo que cuida está educando e ao mesmo tempo que se educa está cuidado, contribuindo dessa forma, para o desenvolvimento integral e integrado dos bebês.

É a partir dos entendimentos expostos, que buscamos identificar a concepção de bebê das profissionais atuantes nas creches do município de Corumbá-MS, pois acreditamos que esses aspectos influenciam na educação oferecida nas instituições, bem como são as determinantes das práticas pedagógicas cotidianas. Dessa forma apresentamos a seguir a metodologia, os dados e a discussão destes.

Metodologia e dados

Conforme já indicado, o presente trabalho é um recorte de uma pesquisa maior, de caráter quanti-qualitativo, caracterizada ainda como explicativa e descritiva, do tipo estudo de caso, desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infâncias e Educação Infantil (GEPIEI), que teve como objetivo geral compreender aspectos do trabalho pedagógico desenvolvido com crianças de 0 a 3 anos nas creches do município de Corumbá-MS; sendo que, para coleta de dados foram utilizados como instrumentos: roteiro de observação, fotografias e questionário misto; este último composto por 21 questões, respondidos pelas profissionais que atuavam nas creches do município² no ano letivo de 2014.

Cabe destacar que para a construção desse artigo, serão utilizados apenas dados obtidos com o questionário, especificamente as respostas ofertadas para quatro questões que buscaram levantar informações sobre o entendimento das profissionais atuantes na creche do

² Destaca-se que na época da recolha das informações o município contava com um número de dez creches em funcionamento, com o total de 155 profissionais atuantes, dentre os quais 85 ocupavam o cargo de docente, 20 de professor auxiliar e 50 eram atendentes.

município sobre o que é bebê.

Conforme já apontado, tendo como objetivo conhecer a concepção de bebês/crianças das profissionais atuantes nas creches do município em questão, uma das questões lançadas foi: **“Para você, há diferença entre bebê e criança? Por que?”**, cujas respostas obtidas foram organizadas em duas classes (sim ou não) e posteriormente categorizadas as justificativas. Assim, no primeiro momento, tivemos 63,8% de respostas “Sim” e 27,5% de “Não”; e, ainda um percentual de 3,8% considerada inadequada e 5% de respostas em branco.

A respeito das justificativas para as respostas afirmativas, organizamos estas em quatro categorias; sendo que com maior número de respostas 49,1% houve a indicação de que são diferentes devido a existência de especificidades para cada fase do desenvolvimento, como pode ser observado nas respostas a seguir:

Porque bebê é uma fase inicial, fase do aprendizado que é a estimulação, já a criança maior já é trabalhado mais (Sujeito 2.3).

São seres distintos, cada um em processos de desenvolvimento diferenciados conforme sua idade (Sujeito 6.4).

Sim. Porque são faixas etárias diferentes. E temos que respeitar cada uma delas (Sujeito 6.12)

Podemos observar que parte dos profissionais reconhece as necessidades de atenção diferenciada para cada momento do desenvolvimento infantil, pois parece que entendem que o bebê precisa de ambientes organizados, planejados e estimulantes, que promovam novas experiências. A partir das afirmativas percebemos que os adultos responsáveis pela educação dos bebês, compreendem que é preciso estar atentos às necessidades, potencialidades e desejos dos pequeninos, observando e acompanhado cada fase, adequando momentos e atividades que contribuiriam para o desenvolvimento integral destes, visto que a tarefa de professor de creche não implica simplesmente empregar cuidados maternos, pois trata-se de uma profissão que exige além de competências teóricas, também habilidades metodológicas e relacionais (BARBOSA, 2010).

A segunda categoria, com índice de 41,1%, foi à indicação de que há diferença entre bebê e crianças somente no cuidar, tendo como exemplo as respostas:

Um pouco, porque com os bebês, tem que ter mais cuidado (Sujeito 1.9).

Apenas no modo de cuidar que há diferença, porque os bebês são mais dependentes (Sujeito 4.4).

[...] com os bebês eles dependem muito dos professores, já os maiores a maioria já sabem fazer tudo sozinho (Sujeito 5.5).

Tais indícios nos permitem inferir que as profissionais ainda consideram o bebê como ser frágil, imaturo, incapaz, sem autonomia e totalmente dependente dos adultos. No entanto, como nos aponta Rodrigues (2016, p. 196) “[...] a criança pequena tem certo grau de

dependência do adulto nas rotinas de cuidado (higiene, alimentação e saúde) [...] todavia, é importante destacar, que essas características não excluem a existência de diversas competências desde o nascimento”. De fato é preciso mudar o olhar que lançamos ao bebê, compreender as formas de comunicação que emergem de seus corpos, enxergá-lo como sujeito capaz, que é inteiro e ao mesmo tempo encontra-se em desenvolvimento, que toca é tocado nas relações sociais, que interage com o mundo a sua volta.

Na terceira categoria – com percentual de 7,8% - estão as respostas que consideramos apresentar ambiguidade e/ou contradições, pois não apontaram as diferenças entre criança e bebê de forma clara, tais como:

Sim, porque bebê é quando recém-nascido ou pequeno. Criança é até 12 anos (Sujeito 1.8)

Sim, pois ambos precisam de cuidados diferenciados (Sujeito 3.8).

Sim muita, o bebê é totalmente dependente e as crianças aos poucos se torna independente, porém precisa ainda de cuidados especiais (Sujeito 6.5).

A partir das respostas ofertadas fica evidente a dificuldade das profissionais em diferenciar o bebê da criança. Nota-se que as justificativas estão relacionadas a idade cronológica, relacionando a isso uma maior dependência do adulto e a diferenças no momento do cuidado, sem no entanto especificar quais os cuidados que tornam o bebê diferente da criança. Nessa direção consideramos necessário entender que os bebês são crianças bem pequenas, que estão em um momento peculiar do desenvolvimento; assim “[...] o recém-nascido é diferente do bebê que engatinha, que é diferente do bebê que anda, que já fala, já tirou as fraldas” (MACHADO, 1999, p. 90), logo o bebê está dentro da categoria crianças, porém em diferente nível de maturidade, desenvolvimento e aprendizagem.

Nesse agrupamento, tivemos ainda um percentual de 2% que não apresentou justificativa para a resposta afirmativa.

No que diz respeito às respostas cujas justificativas foram negativas, ou seja, não existir diferença entre bebê e criança, estas foram organizadas em quatro categorias. A categoria com maior número de respostas (50%) é marcada por argumentos ambíguos e contraditórios:

Para mim não, todas são crianças, há uma certa diferença na forma de cuidar, devido a idade e suas necessidades diferentes (Sujeito 1.1);

Não, porque são fases de crescimento infantil (Sujeito 8.5).

Não acho que o bebê não entende só porque ainda é pequeno pra se comunicar e os maiores são mais compreendidas (Sujeito 8.11).

A partir dessas afirmações, podemos identificar algumas contradições, pois em um primeiro momento as respondentes declaram não existir diferença entre bebês e crianças, posteriormente em suas justificativas indicam algumas possíveis diferenças entre esses

sujeitos. Percebemos um alto percentual de justificativas negativas, que se somadas as porcentagens de respostas positivas que também não souberam justificar a diferença entre bebês e crianças, podemos inferir que isto pode indicar a existência de práticas pedagógicas inadequadas nas creches, tendo em vista que a falta de clareza sobre a especificidade do público a ser atendido acarretaria inabilidade nas ações cotidianas.

No segundo grupo com maior número de respostas negativas, 18% das profissionais afirma que todos (bebê e criança) são dependentes, pois exigem cuidados e atenção:

Não, porque todas são crianças, precisa de cuidado (Sujeito 5.4).

Tanto o bebê quanto a criança, todo o cuidado e responsabilidade são os mesmos (Sujeito 9.7).

Não, pois todos são crianças, todos devem ter o mesmo cuidar, a mesma atenção e carinho (Sujeito 10.2).

Assim como nas justificativas positivas, as afirmações revelam práticas cotidianas marcadas apenas pelo cuidado e a compreensão da criança pequena como frágil e incapaz, há resquícios de antigas concepções, tendo o bebê como pouco ativo e que precisa apenas de cuidados físicos. No entanto, o fato de ser pequeno e dependente do adulto, como já dito anteriormente, não exclui as competências presentes desde o nascimento. Observamos que tanto as afirmações positivas como as negativas, apontam práticas norteadas apenas pelo cuidado do aspecto físico, situação que chama atenção, pois há a impressão de que as profissionais não compreendem cuidado e educação como práticas indissociáveis.

Na terceira categoria, com percentual de 9%, tivemos as alegações de não existir diferença, pois as duas (criança e bebê) estão em desenvolvimento: “*Não. Porque todas estão em desenvolvimento*” (Sujeito 8.9). Outra respondente declarou não existir diferença, pois criança e bebê são capazes: *Não, o bebê aprende tudo* (Sujeito 1.7). Apesar das respostas ofertadas não estarem totalmente incorretas, como já constatado nas outras categorias, as profissionais não percebem que os sujeitos (criança e bebê) são diferentes, apesar de estarem dentro da mesma categoria geracional, possuem particularidades que os diferem.

Houve ainda um percentual de 23% de sujeitos que não justificaram as suas respostas. Esse alto índice de respostas não justificadas, nos despertou inquietações, pois ele é ainda maior se agregarmos a ele os que não sabem justificar suas respostas com clareza; retoma-se então a afirmação da dificuldade que as profissionais tiveram em discorrer a respeito das possíveis diferenças entre bebê e criança e dizer de fato as características de cada um, sendo que as justificativas são simples, enfatizando, em sua grande maioria, uma visão negativa da relativa dependência das crianças pequenas (o que ainda não são capazes de fazer).

A respeito da segunda questão a ser discutida: **Para você, bebê é...?**, as respostas

foram organizadas em quatro categorias; além dos percentuais de 2,5% de respostas consideradas fora de contexto e 5% de questões em branco.

A categoria com maior número de respostas 37,7% considera o bebê como um ser sensível, totalmente dependente dos adultos e que precisa de cuidados, proteção, atenção...

*Uma criatura indefesa, que precisa de todo nosso cuidado e proteção (Sujeito 2.3).
Uma criança que necessita de atenção, cuidado e estímulos para desenvolver suas habilidades (Sujeito 9.1).
Um ser que precisa de cuidados e amor (Sujeito 3.4).*

Com essas afirmações, assim como em questões anteriores, podemos perceber que a imagem do bebê como incapaz e indefeso está presente nas concepções de alguns profissionais; acreditamos que tais discursos, organizados de forma equivocada, colaboram também para a desvalorização do trabalho pedagógico desenvolvido na creche, pois este espaço ainda é visto como assistencialista e, muitas vezes, compensatório. Consideramos então ser necessário “[...] desprendermos desses olhares adultocêntricos para percebermos quantas capacidades, competências e potencialidades que eles (bebês) possuem, tanto motora, sensoriais, quanto relacionais, cognitivas [...]” (CASTELLI; MOTA, 2013, p. 7). Assim é necessário ver o bebê em sua totalidade, conhecer e aprender com eles.

A segunda categoria com maior frequência de respostas 27,7% destaca o bebê como é um ser em desenvolvimento e que precisa de estímulos:

*Um ser em desenvolvimento, que irá aprender a andar, falar, desenvolver o cognitivo, mediante estímulos (Sujeito 2.1).
Um ser em desenvolvimento (Sujeito 5.2).
É um ser ativo em seu processo de desenvolvimento (Sujeito 10.5).*

Essas declarações nos dão indícios de que os profissionais conhecem as teorias do desenvolvimento humano e de certa forma compreendem o papel do adulto para auxiliar nesse processo, pois o pleno desenvolvimento não depende apenas de aspectos orgânicos, mas principalmente da qualidade das interações estabelecidas com o meio (físico e social); mas é importante salientar que acreditamos que não basta apenas conhecer as teorias, é necessário incorporá-las nas práticas pedagógicas cotidianas junto ao pequeninos, respeitando os limites e capacidades individuais, efetivando assim uma ação pedagógica de qualidade que contribui, de fato, para o pleno desenvolvimento infantil (RODRIGUES, 2015a).

Na terceira categoria 15% temos as respostas que definem o bebê como um ser capaz que é também um sujeito social que têm direitos e potencialidades:

*Um ser social que precisa ser respeitado (Sujeito 1.1)
Um ser que está pronto para desenvolver todas as suas habilidades para se tornar um adulto ativo, crítico e feliz (Sujeito 3.1).
Um ser capaz de aprender e inteirar-se do mundo à sua volta (Sujeito 6.7).*

Consideramos essas afirmações como positivas, uma vez que há o reconhecimento do bebê com sujeito social e capaz de aprendizagens, pois como ressalta Castelli e Mota (2010, p. 8) “[...] cada bebê é ao mesmo tempo sujeito social e autor individual, pois desde pequeno é ativo, interage e se relaciona, vive em uma sociedade imersa em cultura, mas também cada um possui suas singularidades, ritmos, gestos e choros [...]”. Assim as ações pedagógicas cotidianas necessitam atender as necessidades individuais e coletivas no ambiente da creche.

Na quarta categoria obtivemos o índice de 12,5% das respostas, nas quais o bebê é considerado como sinônimo de alegria e felicidade: “*Alegria, é tudo de bom*” (Sujeito 3.7); “*Felicidade, esperança, alegria e bondade*” (Sujeito 5.7); “*Alegria*” (Sujeito 10.8).

Tais declarações afirmam o bebê/criança como ser puro e inocente, com bondade natural, uma concepção embasada no mito da bondade e pureza infantil do pensamento rousseauiano (TOSATTO, 2015). Acreditamos que tal entendimento não considera todas as características individuais dos pequeninos, uma vez que as crianças não têm somente estas “boas qualidades”; por outro lado relevam a valorização da capacidade que os pequeninos tem de despertar emoções e sentimentos, garantindo assim o mínimo de atenção e cuidados que necessitam para sua sobrevivência (RODRIGUES, 2015b).

Em relação à terceira questão: **Quando um bebê/criança chega pela primeira vez na creche, o que você imagina que ele sente?** As respostas foram organizadas em quatro categorias objetivas e ainda obtivemos o percentual de 1% consideradas fora de contexto e o mesmo percentual que não respondeu.

Com maior frequência de respostas (80%) temos a indicação de que o bebê/criança sente insegurança e medo ao ingressar na creche: “*Com certeza insegura e com medo, pois todos são estranhos para ela*” (Sujeito 1.1); “*Insegurança, medo, falta da família* (Sujeito 2.4)”; “*Insegurança e medo do desconhecido*” (Sujeito 9.4).

Consideramos as afirmações positivas, pois há entendimento por parte das profissionais no que se refere às emoções expressas pelo bebê diante dessa nova experiência - a saída da convivência familiar -, o que representa uma ampliação do seu ambiente social, o primeiro contato sistemático com adultos e a vivência de experiências de forma sistemática fora do contexto ao qual está habituado (socialização secundária). Assim, a devida atenção para esse fato requer cuidados e habilidades específicas dos profissionais que irão atuar junto ao bebê, assim como alterações gradativas na rotina pedagógica das instituições, pois além do estranhamento natural ao novo espaço, os pequeninos não tem ainda construída a noção de tempo, e as repetições sistemáticas podem oferecer certo conforto (RODRIGUES, 2011).

Na segunda categoria temos 12% indicou que o bebê sente carência e abandono ao ingressarem pela primeira vez na creche: “*A falta da mãe*” (Sujeito 3.7); “*Ele sente muita falta da mãe, pois somos totalmente estranhos para eles*” (Sujeito 3.14); “*Abandonado*” (Sujeito 5.3).

Consideramos essas afirmações bastante pertinentes, tendo em mente que o bebê desenvolve uma relação intensa com seus familiares, principalmente a mãe, que esteve presente desde o nascimento, sempre o protegeu, ao se deparar com essa “separação”, o bebê não consegue compreender os motivos e pode sentir-se “abandonado”, “sozinho”; nesse sentido a atuação de qualidade das profissionais, poderá interferir positivamente para a superação desses sentimentos, estabelecendo uma relação afetivamente positiva e dar segurança para ao bebê para conhecer e explorar diferentes situações nesse novo ambiente (VITÓRIA; ROSSETI-FERREIRA, 1993).

Referente às respostas da terceira categoria, 4% delas indicam que o bebê sente-se confuso: “*Muitos sentimentos passam em sua cabeça*” (Sujeito 3.9); “*Um estranhamento, tristeza, saudades etc.*” (Sujeito 3.11); “*Imagino que ele (a) sinta-se sozinha em um mundo que até então desconhecia. Sente-se triste, amedrontada, curiosa etc. é um misto de emoções e sentimentos*” (Sujeito 6.4).

Acreditamos que esse entendimento de confusão, declarado pelas profissionais, pode estar ligado ao fato, de ser um novo ambiente a qual o bebê está se inserindo, com pessoas estranhas, dotado de uma rotina própria, diferente daquela ao qual está acostumado (VITÓRIA; ROSSETI-FERREIRA, 1993). Assim, esses fatores podem levar o bebê ao sentimento de confusão e estranheza em relação ao ambiente da creche; retomamos então ao apontamento da necessidade de atenção especial a esse momento de adaptação no espaço na creche.

Na quarta categoria de respostas (2%) afirmou que o bebê sente-se curioso, um respondente declarou: *Curiosidade* (Sujeito 3.13). Bem como a outra que afirmou: *Para eles tudo é diferente, as pessoas, é legal, fica curiosa* (Sujeito 9.0). Perante essas afirmações, entendemos que por tratar-se um novo ambiente, com pessoas diferentes, há curiosidade do bebê em explorá-lo em busca de compreender a nova realidade a sua volta, sendo necessário o olhar atento dos adultos para proporcionar experiências positivas, ampliando o universo pessoal dos pequeninos.

No que diz respeito a quarta questão: “**Quando chega uma criança/bebê nova na creche, o que você sente?**” as respostas foram organizadas em seis categorias, bem como 6,3% de repostas consideradas fora de contexto e 1,4% que não respondeu.

A primeira categoria 43, 7% das respostas indicam que as profissionais sentem-se desafiadas, assim como demonstram preocupação e insegurança perante a chegada de uma nova criança/bebê: *“Um misto de insegurança e preocupação, pois essa criança vem com muito receio de estar na creche”* (Sujeito 5.2); *“Um desafio novo a frente”* (Sujeito 6.9); *“Eu sinto insegura, com medo da reação que ela vai apresentar”* (Sujeito 5.9)

Essas afirmativas apontam que as profissionais não sentem-se confortáveis ao receber um nova criança/bebê, o que nos deixa em dúvida sobre se encontraram-se devidamente preparadas para atuar junto aos pequenos, se construíram algumas competências específicas para o trabalho com a pequena infância, uma vez que, especificamente na creche recebe-se uma nova criança com mais frequência que em outros níveis. Esse alto percentual, nos chama atenção, pois pode indicar uma grande parcela de profissionais que não sabem como atuar de forma objetiva e intencional, o que interfere de forma não positiva nas práticas pedagógicas cotidianas, que podem estar sendo guiadas por ações intuitivas.

A segunda categoria com percentual de 27,7% das respostas, são as que indicam que a chegada de um novo bebê despertam o sentimento de acolhimento, de proteção:

Eu sinto que essa criança deve ser acolhida com muito carinho e amor para que ela consiga se acostumar com o ambiente o mais rápido possível (Sujeito 1.6).

A necessidade de protegê-la e fazer com que ela se sinta amada (Sujeito 2.4).

Uma necessidade de proteger a criança, falando sinceramente eu sempre imaginei que o melhor tratamento que você deve dar a uma criança, principalmente aquela que está em período de adaptação é antes de mais nada afetivo. Depois você conquista a criança pelo afeto (Sujeito 10.7).

Essas indicações nos dão indícios que há certa compreensão de que a atuação das profissionais da creche é carregada de aspectos afetivos, porém não é possível identificar se percebem que esta dimensão é diferente do que acontece no espaço familiar. É certo que os profissionais precisam preparar ambientes seguros e confortantes para que os pequeninos sintam-se acolhidos e possam criar ligações afetivas com os adultos responsáveis e assim usufruir das atividades e experiências que a creche propõe (BECCHI et al., 2012); mas tudo isso deve ser diferenciado do que ocorre na família, uma vez que ação da educação infantil deve ser complementar e não substituta da dinâmica familiar.

A respeito da terceira categoria, 13% das respostas indicam que as profissionais sentem felicidade/alegria com a chegada de um novo bebê/criança: *“Muito feliz”* (Sujeito 5.6); *“Uma grande alegria, pois são eles que fazem nosso dia melhor”* (Sujeito 6.5); *“Alegria, porque é o nosso trabalho se não houver criança, não há trabalho”* (Sujeito 6.13).

Esses apontamentos revelam, como já apontado anteriormente, a capacidade dos bebês de despertar emoções e sentimentos afirmativos nos adultos, de tocá-los de forma afetivamente

positiva; no entanto, o não reconhecimento dessa característica psicológica por parte dos profissionais, parece reforçar a imagem do bebê como ser puro e inocente. Dessa forma, importante salientar que trabalhar com crianças pequenas é difícil e complexo, e ela não somente nos desperta emoções positivas; por isso não basta apenas gostar e sentir alegria em estar com elas, é necessário articular conhecimentos teóricos às práticas pedagógicas, levando a ampliação das experiências e a novos conhecimentos por parte dos profissionais para que a ação educativa ocorra de forma satisfatória e profissional.

Ainda obtivemos duas categorias empatadas com 3,7%, a respeito da quinta categoria, as respondentes declararam sentir curiosidade em conhecer a nova criança/bebê: *“Curiosidade em conhecer aquele sujeito, para saber qual a melhor forma de trabalhar, para de fato atingir as suas necessidades”* (Sujeito 1.5); *“Curiosidade”* (Sujeito 5.1); *“Curiosidade e insegurança”* (Sujeito 10.8).

Tais declarações consideramos como positivas, pois demonstram que as profissionais querem conhecer a criança/bebê com a qual irá trabalhar; acreditamos que este é um passo importante para buscar atender verdadeiramente as necessidades infantis, visto que a adaptação do bebê ao novo ambiente, depende em grande parte, da atuação da professora, do olhar atento, de perceber os pequeninos como ser competente, com desejos e necessidades particulares. Assim se faz necessário o planejamento de materiais e ambientes organizados para garantir conforto ao recém-chegado, pautado não somente numa percepção global da criança/bebê que irá chegar, mas também nas características individuais dos pequenos. Na sexta categoria com o mesmo percentual (3,7%) temos as afirmações de sentir pena da criança nessa na fase de adaptação: *“Eu, por incrível que pareça, com anos de experiência ainda sinto muita dó em vê-los chorar”* (Sujeito 3.13); *“Que irá sofrer uns três dias até que se adapte”* (Sujeito 5.3).

Perante essas afirmações, podemos pensar que há a adoção da imagem de ser a creche “um mal necessário”; há o reconhecimento acertado do processo de estranhamento do bebê a um novo ambiente, mas não há indícios de que como se lida com esta dinâmica. Se aproximarmos estes dados com o percentual de respostas que indicam insegurança, podemos inferir que há necessidade de maiores conhecimentos acerca dos processos de adaptação na creche por parte das profissionais, tendo em vista que o choro é uma forma de comunicação infantil, sendo importante o adulto responsável estar atento a isso, pois algo está sendo comunicado; nessa fase de adaptação é necessário dar atenção e aconchego ao pequeno para que ele sinta-se bem nesse novo ambiente, porém tal dinâmica não pode ser condescendente ou compensatória (VITÓRIA; ROSSETI-FERREIRA, 1993).

Considerações finais

Ao longo do trabalho buscamos analisar as concepções de bebê presente nos discursos das profissionais atuantes nas creches do município, pois entendemos que essas concepções podem ser determinantes na construção e efetivação de práticas pedagógicas de qualidade positiva. Sabemos que na atualidade – ao menos nos documentos e discursos oficiais – a criança é considerada sujeito de direito, bem como possuem direito a um espaço específico que ofereça cuidados e educação – a creche, bem como quais são as práticas educativas adequadas para este espaço. Logo os profissionais que atuam lá necessitam compreender que suas ações contribuem e interferem diretamente no desenvolvimento infantil e como elas devem ser organizadas.

Assim, cabe apontar que os dados apresentados ao longo desse texto nos permitem inferir que talvez não haja a predominância de práticas pedagógicas assertivas nas creches do município, visto que, em grande parte das respostas oferecidas aos questionamentos lançados, foi possível perceber que ainda prevalece no imaginário das profissionais a concepção de bebê como um ser frágil, imaturo, que precisa apenas de cuidado e é totalmente dependente do adulto, bem como certa insegurança sobre “o que fazer” com eles.

Embora exista uma pequena parcela de repostas que podemos considerar positivas, como por exemplo, a atenção lançada às emoções expressa pelo bebê em seu primeiro contato com a creche (80%), as indicações de especificidades para cada fase do desenvolvimento infantil (49,1%); e o reconhecimento dos pequeninos como ser capaz e social (15%), que podem revelar concepções positivas presentes nos discursos das profissionais, tais afirmações não são mantidas em outras respostas oferecidas pelo mesmo sujeito.

Nesse sentido, destacamos também as afirmações que chamam atenção de modo negativo, pois revelam que as profissionais não entendem perfeitamente algumas peculiaridades infantis, tal como a dificuldade em diferenciar objetivamente o bebê da criança; bem como o maior destaque nas ações de cuidado para a aparente fragilidade física e a menor autonomia, nos levando ao entendimento de que as práticas de cuidar e educar de forma indissociável pode não estar presente no dia-a-dia nas creches. Nessa direção podemos ainda apontar a percepção de um olhar adultocêntrico lançado sobre os pequeninos, destacando aquilo que ele ainda não possui em comparação aos adultos.

O elemento que mais despertou inquietações de maneira negativa foi o alto percentual (80%) de afirmações que revelam que as profissionais sentem-se inseguras, preocupadas com a chegada de um novo bebê, pois se vêem perante um desafio. Acreditamos que estas

respostas revelam uma possível deficiência em seu processo de formação (inicial e/o continuada) e como consequência práticas que podem não levar em conta as peculiaridades infantis e assim pouco contribuir para o desenvolvimento integral e integrado dos pequeninos, apenas colaboram em reforçar a concepção da creche como espaço de guarda das crianças.

Dessa forma, finalizamos enfatizando a importância da formação acadêmica específica para atuar junto a criança pequena, visto ser necessário a compreensão de alguns aspectos peculiares do desenvolvimento cognitivo, motor social e afetivo e a percepção das crianças/bebês como seres capazes, inteiros e de direitos. Bem como, também destacamos a importância da formação continuada para as profissionais atuantes na Educação Infantil (e em outros níveis), pois a partir de estudos e debates específicos para a área, há oportunidade para aprofundamento, atualização e reflexão a respeito de sua prática educativa. Assim espera-se que os profissionais que atuam (atuarão) junto aos pequeninos saibam perceber e agir perante suas necessidades, suas múltiplas formas de comunicação, tenham intencionalidades em suas ações pedagógicas, contribuindo assim para o pleno crescimento/desenvolvimento infantil e para que a creche cumpra sua função social.

Referências

BECCHI, E.; BONDIOLI, A.; FERRARI, M.; GARIBOLDI, A. *Ideias orientadoras para a creche: a qualidade negociada*. Campinas: Autores Associados, 2012.

BRASIL. Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/96.

BARBOSA, Maria Carmem. As especificidades da ação pedagógica com os bebês. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7154-2-2-artigo-mec-acao-pedagogica-bebes-m-carmem/file>. Acesso em 8 de ago. 2017.

CASTELLI, C. M.; MOTA, M. R. A. A complexidade de ser bebê: reflexões acerca de sua visibilidade nas creches e nas pesquisas. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 46-65, jun. 2013.

KRAMER, S. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. *Revista Teias*, v. 1, n. 2, p. 14. 2007.

PEDROSA, M. I. A surpreendente descoberta: quem é e o que pode aprender uma criança de até três anos. *Salto para o futuro*, SEED/MEC, ano XIX, n. 15, p. 17-24, out. 2009.

RODRIGUES, S. A.; GARMS, G. M. Z. Intencionalidade da ação educativa da educação infantil: a importância da organização do tempo e do espaço das atividades. *Nuances: estudos sobre Educação*. Presidente Prudente, n. 15, v. 14, p. 123-138, jan./dez. 2007.

RODRIGUES, S. A. A escola da infância: contribuições wallonianas para práticas pedagógicas assertivas na educação infantil. In: VIOTTO FILHO, I. A. T.; RODRIGUES, S. A (Org.). Educação e formação humana: interlocuções críticas e dialéticas. Curitiba: CRV, 2015a. p. 115-168.

RODRIGUES, S. A. *Tessituras do desenvolvimento humano*: Wallon e expressividade afetiva na primeira infância. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015b.

SILVA, A. P. S.; PANTONI, R. V. A educação de crianças em creches. *Salto para o futuro*, SEED/MEC, ano XIX, n. 15, p. 5-16, out. 2009.

TOSATTO, C. *Diálogos entre concepções e práticas*: a criança e a infância sob múltiplos olhares. Curitiba: Appris, 2015.

VITORIA T.; ROSSETTI-FERREIRA M. C. Processos de adaptação na creche. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 86, p. 55-64, ago. 1993.